

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Linha do BNDES para etanol pode demorar a deslanchar	2
Título: Juros baixos e demanda de clientes levam bancos ao mercado de energia	3
Título: BBCE prepara derivativos de energia.....	6
Título: Curtas	7
Título: Guedes negocia agenda pós-pandemia com Centrão	8

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 22/06/2020****Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo****Título: Linha do BNDES para etanol pode demorar a deslanchar**

Reivindicada pelas usinas desde o início da crise, a linha de R\$ 3 bilhões de financiamento de estoques de etanol anunciada pelo BNDES chega num momento em que o mercado do biocombustível se afastou um pouco do fundo do poço - o que poderá gerar, em um primeiro momento, uma demanda mais fraca que a esperada.

A linha foi criada para impedir que o etanol vá para o mercado assim que produzido, justamente no período em que o consumo está mais abalado. Porém, embora as vendas ainda estejam baixas, as quedas têm sido menos avassaladoras do que se esperava no início da crise, e os preços estão inclusive reagindo.

Em maio, as vendas de etanol hidratado das usinas do Centro-Sul ainda estavam 30% abaixo do ano passado, mas superaram em pouco mais de 100 milhões de litros as de abril, quando as medidas de isolamento social eram mais rigorosas.

Paralelamente, as cotações do petróleo começaram a se recuperar em maio conforme o corte de produção dos países da Opep+ passou a fazer efeito e a curva da pandemia começou a achatar em vários países. Nesse ínterim, a Petrobras já elevou a gasolina A em 58% desde a mínima do ano, em 27 de abril.

Na última semana, os preços do etanol hidratado recebido pelas usinas paulistas já estavam acima dos patamares de um ano atrás, em R\$ 1,6607 o litro, de acordo com dados do Cepea/USP. No início da safra, o preço estava 30% menor que um ano antes.

“Quando começamos a desenhar [a linha], o preço estava muito baixo, então havia expectativa de que a demanda seria alta. Mas agora como o preço está mais alto, a usina pode não precisar”, avaliou Mauro Mattoso, chefe do Departamento do Complexo Agroalimentar e Biocombustíveis do BNDES. “Era difícil quantificar a demanda porque o mercado está muito instável. É uma realidade que nunca enfrentamos.”

A linha começou a operar na semana passada. Segundo Mattoso, como o objetivo é garantir a estocagem da safra em andamento, o desembolso deve ocorrer já no dia seguinte à comprovação dos estoques de etanol pelas usinas.

Segundo Mattoso, a taxa atrelada ao risco de crédito da companhia pode chegar a até 2,5%. Como o custo será composto também por TLP + 1,5%, o custo total da contratação pelas usinas deve superar 6% e chegar a 7%.

Para Willian Hernandes, sócio da consultoria FG/A, essa taxa pode ofuscar o potencial de alta do preço do etanol que for carregado para ser vendido mais à frente. Quando os preços estavam menores, no início da pandemia, o potencial de alta era de até 30%, disse. “Agora, não vejo demanda muito alta para essa linha após o preço ter subido.”

“A maior parte das empresas ainda está avaliando. Nenhuma decisão foi tomada, ainda é muito recente”, afirmou Antonio de Padua Rodrigues, diretor técnico da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica). Ele disse que as vendas continuam 30% abaixo dos patamares do ano passado e que a gasolina ganhou um pouco de participação de mercado no ciclo Otto.

Com a incerteza sobre como ficará a demanda nos próximos meses, “as usinas com problemas de caixa podem preferir vender agora porque [o preço] pode cair na frente”, afirmou Mattoso, do BNDES. E, ainda que o preço seguisse baixo, as usinas com menor liquidez já estariam mais distantes o recurso.

Caso cada companhia demande, em média, R\$ 100 milhões, apenas 30 grupos conseguiriam acessar o recurso, o que representa 15% das empresas com usinas em atividade hoje no Brasil, observou Ricardo Pinto, da RPA Consultoria.

Segundo o analista, apenas 40% a 50% das usinas em operação estão hoje sem problemas financeiros precedentes para buscar esse recurso. Atualmente, 23% das usinas no Brasil estão paradas por dificuldades anteriores e, das que estão operando, 20% está em recuperação judicial ou faliram - excluídas, portanto, do acesso a crédito.

O analista da RPA acredita que dificilmente sobrarão recursos dos R\$ 3 bilhões ofertados pelo BNDES, mas ele avaliou que a procura se dará mais por causa das condições dadas pelo banco de fomento, com prazos mais confortáveis, do que pelo custo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/06/2020

Seção: Finanças

Autor: Talita Moreira — De São Paulo

Título: Juros baixos e demanda de clientes levam bancos ao mercado de energia

A redução da taxa Selic às mínimas históricas começa a aproximar os setores financeiro e elétrico - que têm muito em comum, mas sempre andaram separados no Brasil. Para diversificar fontes de receita e oferecer novos serviços a clientes, os bancos estão entrando em peso no mercado livre de energia, que deve ganhar liquidez e novos produtos com esse movimento.

Itaú Unibanco, ABC Brasil, Voiter (ex-Indusval), BMG e Bocom BBM são algumas das instituições financeiras que estão dando esse passo, segundo informações dos bancos ou obtidas pelo **Valor** com fontes de mercado. Santander e BTG Pactual - este, pioneiro no movimento - já têm comercializadoras próprias. A crise do coronavírus tirou visibilidade, mas não mudou o rumo desses projetos.

A aposta em energia reflete a busca dos bancos por novas fontes de receitas, mas também é indicativa da tendência de uma maior sofisticação nas negociações da commodity. O mercado livre terá maior abertura nos próximos anos. A partir de 2023, consumidores com demanda superior a 500 kW poderão escolher seu fornecedor. Com isso, o volume negociado nesse ambiente, que foi de R\$ 134 bilhões em 2019, deve triplicar em até uma década, segundo estimativa do Santander.

Ao mesmo tempo, começam a surgir iniciativas para desenvolver no Brasil um mercado de derivativos de energia, hoje inexistente. O Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia (BBCE) recebeu autorização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para atuar como um mercado de balcão organizado. À frente da operação está o executivo Carlos Ratto (ex-Cetip e ex-B3), que pretende lançar em agosto uma plataforma eletrônica de negociação de contratos baseados na commodity - um embrião do que pode ser, mais adiante, uma bolsa especializada no setor.

O mercado livre tem pouca liquidez, risco elevado, requer capital intensivo e oferece oportunidades de arbitragem de preços, características que o tornam um terreno fértil para bancos e fundos de investimentos.

“Temos capital, uma área comercial experiente, conhecimento em crédito, um banco de investimentos maduro e uma tesouraria efetiva”, afirma Antonio Nicolini, vice-presidente de tesouraria do ABC Brasil, que já recebeu autorização do Banco Central (BC) para atuar na comercialização.

Em comum entre as instituições financeiras, estão planos de atuar na compra e venda de energia para financiar empresas do setor ou grandes consumidores do insumo. A ideia é que, na condição de contraparte, os bancos ajudem os clientes a travar um determinado preço, concedam prazo ou ofereçam a possibilidade de pré-pagamento das faturas, por exemplo.

“No fim das contas, é um mercado com risco de crédito”, disse Christian Egan, diretor-executivo de mercados globais e tesouraria do Itaú BBA, em entrevista concedida ao **Valor** em janeiro.

O Itaú montou sua comercializadora no começo do ano, atrelada à tesouraria, e contratou Oderval Duarte, um veterano do setor de energia, para comandar a área. O banco tem planos de vender energia até mesmo a pessoas físicas quando o mercado livre puder ser acessado pelo consumidor final, como em outros países.

Oferecer produtos de crédito também é o objetivo do Voiter, novo nome do Indusval. No início do ano, o banco adquiriu a Crípton, que pertencia à Matrix Participações. “Ter uma comercializadora permite casar as pontas, atuar com mais segurança”, afirma Fernando Fegyveres, presidente do Voiter.

A área de energia do Voiter está vinculada à diretoria comercial e, segundo o executivo, o banco não tem planos de tomar riscos direcionais no ativo.

No entanto, para boa parte dos bancos, a entrada no mercado livre é também uma forma de diversificar a atuação da tesouraria. Na maior parte dos casos, esse é um objetivo secundário, mas alinhado à busca por novas frentes de negócios num momento de maior competição e de queda nos spreads de crédito e das operações de trading.

“A dinâmica do setor mudou. Os produtos bancários estão mudando, e é preciso buscar novas fontes de receita”, diz Rafael Thomaz, executivo-sênior responsável pela mesa de energia do Santander.

Em atividade desde maio do ano passado, a comercializadora do banco já está entre as 20 maiores do mercado e a expectativa de Thomaz é que fique entre as dez primeiras até o fim deste ano. “O resultado para a tesouraria já é representativo”, afirma.

Para quem chegou mais cedo, a entrada de novos competidores financeiros neste momento é um passo natural. “É natural e reforça nossa tese”, afirma Manoel Gorito, sócio da mesa de energia do BTG Pactual, banco que estreou no setor há mais de dez anos.

Apesar disso, o executivo avalia que o desenvolvimento de uma estrutura de mercado com maior liquidez dependerá da necessidade dos próprios agentes.

As garantias exigidas, a elevada volatilidade e a falta de liquidez são fatores que fazem do mercado livre um negócio de risco. Tornou-se notório o caso da Vega Energy, comercializadora do Recife que quebrou em 2019 após uma oscilação brusca de preços, deixando R\$ 200 milhões a descoberto.

Os bancos veem ineficiência no modelo atual de garantias. As comercializadoras fazem aportes mensais na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o que não amortiza adequadamente a volatilidade. Há discussões do setor com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para que as margens sejam semanais. “Encarece para os consumidores, mas é mais seguro para a clearing e positivo para o desenvolvimento do mercado”, diz Ronaldo Torres, contratado pelo ABC Brasil para comandar a área de comercialização.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/06/2020

Seção: Finanças

Autor: Talita Moreira — De São Paulo

Título: BBCE prepara derivativos de energia

Apesar de atrair um número crescente de agentes financeiros, o mercado livre de energia ainda é pouco sofisticado. Só existe a opção de negociar contratos com entrega física, embora a maior parte da demanda seja por preço, e não pelo insumo em si. É nesse espaço que a BBCE (Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia) quer atuar.

A empresa planeja lançar em agosto uma plataforma de negociação de derivativos de energia, e obteve na semana passada autorização do colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para atuar como administradora de mercado organizado de valores mobiliários.

A BBCE tem em vista oferecer derivativos para consumidores de energia ou investidores que não precisam da entrega física. Hoje, o volume negociado no mercado livre é, em média, 5,7 vezes maior que o efetivamente consumido - o que significa que a maior parte da comercialização tem finalidade meramente financeira.

“Muitos operam no mercado físico apenas para se posicionar em preço. Com os derivativos, vão ter a ferramenta correta”, afirma Daniel Rossi, presidente do conselho da BBCE.

Para Carlos Ratto, presidente da plataforma, as transações de derivativos ajudarão a suprir as necessidades de quem só precisa negociar preço - e não a commodity propriamente. “A falta de um mercado de derivativos gera riscos operacionais”, afirma.

A BBCE é controlada por comercializadoras e, de acordo com o executivo, a expectativa é que a negociação de derivativos atraia bancos e fundos interessados em operar esses ativos. É objetivo da companhia evoluir para uma bolsa de negociação de energia - a primeira do país -, o que depende de um

desenvolvimento maior do mercado brasileiro. “Esse é um caminho possível e faz parte do nosso planejamento de longo prazo”, afirma Rossi.

Segundo Ratto, que foi executivo da antiga Cetip, os derivativos de energia serão os primeiros a ser oferecidos pela BBCE, mas a licença da CVM permite que a plataforma ofereça outros ativos de balcão organizado.

Nas próximas semanas, a BBCE investirá em ações educativas sobre o funcionamento do mercado e fará testes na plataforma. No começo deste mês, a companhia reforçou a governança com a eleição de três conselheiros independentes: o ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco; o ex-presidente do Banco do Brasil Cássio Casseb; e o professor e especialista em tecnologia Silvio Meira.

A B3 também manifesta, aos poucos, maior interesse pela área. A companhia está desenvolvendo uma ferramenta de pré-registro de contratos de energia elétrica, marcando sua entrada no setor. Numa entrevista recente, o diretor de produtos de balcão, commodities e novos negócios da B3, Fabio Zenaro, disse que a evolução para uma bolsa de energia anda está no “campo das possibilidades”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/06/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

A Vale informou na sexta-feira que assinou acordo com a estatal Indonesia Asahan Aluminium (Inalum) para venda de participação minoritária na PT Vale Indonésia, produtora local de níquel. O acordo foi firmado pela subsidiária Vale Canada Limited (VCL) em conjunto com a Sumitomo Metal Mining. Após a conclusão do negócio, a Inalum ficará com 20% das ações da PT Vale, sendo 14,9% da VCL e 5,1% da Sumitomo. A Vale e a Sumitomo passarão a ter uma participação de 44,3% e 15% na PT Vale, respectivamente, totalizando 59,3% do capital. Pela venda, a VCL receberá IDR 4.126 bilhões, aproximadamente US\$ 290 milhões, em dinheiro após a conclusão do negócio, esperada para até o fim de 2020. A empresa explica que, em outubro de 2014, a PT Vale assinou um aditivo contratual ao acordo de 1996 com o governo da República da Indonésia, com vencimento em dezembro de 2025. Para que a PT Vale tenha sua licença para operar prorrogada para além de 2025, é necessário que cumpra certos requisitos, incluindo a alienação de 20% de ações da empresa aos sócios indonésios. “Essa transação representa um desenvolvimento importante na

duradoura presença da PT Vale na Indonésia e reforça o compromisso com a continuidade de seus investimentos na região”, diz a Vale.

Minério a US\$ 102,42

Os preços do minério de ferro no mercado transoceânico encerram a sexta-feira estáveis nas negociações do mercado chinês. A tonelada do produto com 62% de pureza de ferro foi cotada no porto chinês de Qingdao a US\$ 102,42 a tonelada, alta de US\$ 0,02 em relação ao valor do dia anterior, de acordo com a publicação especializada “Fastmarkets MB”. Segundo os traders, há ainda preocupações em relação às perspectivas da demanda por produtos siderúrgicos no leste e sul da China. A alta do minério vem se sustentando com as dificuldades de oferta a partir do Brasil. No ano, a commodity do aço registra aumento de 11,2%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/06/2020

Seção: Política

Autor: Raphael Di Cunto e Lu Aiko Otta — De Brasília

Título: Guedes negocia agenda pós-pandemia com Centrão

Preocupado em evitar que a recessão contratada para este ano se converta em uma depressão econômica, o ministro da Economia, Paulo Guedes, acelerou nos últimos dias as articulações em torno das reformas, de olho na retomada da atividade no pós-pandemia.

Com exceção do Renda Brasil, novo programa que substituiria o auxílio emergencial e o Bolsa Família, a pauta continua a mesma que é prioridade desde antes do início do governo Bolsonaro: privatizações, estímulo à investimentos privados no saneamento, lei do gás e reforma tributária. O ministro, contudo, intensificou reuniões com parlamentares acreditando que a própria pandemia mudará as perspectivas de aprovação dessas propostas. Além disso, pela primeira vez, o presidente Jair Bolsonaro tem uma base parlamentar mais sólida no Congresso, após aproximar-se do Centrão. Se antes contava só com 50 deputados do PSL, agora a troca de cargos com partidos como PP, PL, PSD e Republicanos faz o Executivo acreditar que contaria com pelo menos 200 votos mais fiéis - além de partidos que costumam apoiar a agenda econômica, como DEM, PSDB, MDB, Cidadania e Novo.

Guedes reuniu-se individualmente com líderes de alguns desses partidos nas últimas duas semanas para conversar sobre essa agenda. A expectativa na área econômica é que o marco regulatório do saneamento seja o primeiro da lista a ser aprovado - o Senado marcou a votação para terça-feira. A nova lei impõe

investimentos de R\$ 700 bilhões até 2033 e estimula privatizações, em detrimento das empresas estatais.

Para uma tramitação mais rápida, o relator da matéria, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) deixou o texto tal como recebido da Câmara dos Deputados. Os pontos que precisariam ser mudados serão vetados pelo presidente Jair Bolsonaro.

Na opinião da área econômica, a aprovação será um sinal importante em favor do aumento de investimentos privados e mostrará aos investidores que o governo brasileiro e o Congresso estão dispostos a votar uma agenda de reformas. Deixar isso claro é importante, acreditam fontes, para evitar que um desânimo contamine a economia e derrube as projeções dos próximos anos.

Após o saneamento, Guedes tem trabalhado mais intensamente na lei do gás. O projeto quebra o monopólio da Petrobras na distribuição do combustível e está na pauta da Câmara. O deputado Laércio Oliveira (PP-SE), relator na Comissão de Desenvolvimento Econômico, diz que as reuniões para tentar retomar o assunto ocorrem há 30 dias e a intenção é levar o tema direto ao plenário da Câmara, já que as comissões não estão em funcionamento ainda.

O ministro também tem defendido a reforma tributária e outras privatizações, afirmou ao **Valor** o líder do MDB na Câmara, deputado Baleia Rossi (SP), que viajou a Brasília esta semana para se encontrar com Guedes. “Ele está muito otimista em retomar a agenda econômica para mostrar que o país está empenhado nas reformas”, disse.

O líder do PSD, deputado Diego Andrade (MG), afirmou que o ministro está buscando conversar sobre a agenda para saber qual a disposição dos partidos em votar cada um dos projetos. “É muito importante esse contato, todos no PSD estão com disposição de ajudar”, disse.

No encontro, Guedes defendeu desonerar a folha na reforma tributária e programas para “flexibilizar” os direitos trabalhistas com a intenção de gerar empregos formais. Também pediu ajuda para aprovar a Medida Provisória (MP) 922, que altera regras para contratação de funcionários temporários no serviço público. Essa meta, contudo, será mais difícil já que a proposta precisa ser aprovada na Câmara e Senado até dia 29 (segunda-feira) para não perder a validade.

A nova fase de Guedes envolveu inclusive a entrega de cargos em bancos públicos, algo que ele era contra anteriormente. O ministro aceitou nomear alguém apadrinhado por PL e PTB para o comando do Banco do Nordeste.

A primeira escolha, contudo, acabou derrubada em menos de 24 horas quando foi divulgado que o nomeado era investigado por prejuízo bilionário na Casa da Moeda. Desde então, o ministro negocia com esses partidos um novo nome.

Além dos novos marcos regulatórios, Guedes depende do Congresso para destravar privatizações. O presidente Jair Bolsonaro tem cobrado mais celeridade.

A meta para este ano é privatizar: Eletrobras, Correios, Porto de Santos e Pré-Sal Petróleo SA (PPSA). Quer também abrir o capital da Caixa Seguridade. As duas primeiras dependem de autorização do Legislativo. **(Colaboraram Renan Truffi e Vandson Lima)**

MME / ASCOM .